

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/305653222>

# Sem pobreza, mas com "fomes": Visões Psicossociais da Pobreza: Diversidades e resistências.

Chapter · June 2016

CITATIONS

0

READS

431

4 authors:



[Flavio Comim](#)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

65 PUBLICATIONS 597 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



[Sabino da Silva Pôrto Júnior](#)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

30 PUBLICATIONS 62 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



[James Ferreira Moura Jr](#)

Universidade da Integração Internacional da ...

31 PUBLICATIONS 26 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



[Izete Pengo Bagolin](#)

Pontifícia Universidade Católica do Rio Gran...

31 PUBLICATIONS 67 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Pobreza, Raça e Políticas Públicas em contextos rurais: análises de discurso de comerciantes e donos de imóveis do Maciço de Baturité/CE [View project](#)

All content following this page was uploaded by [Flavio Comim](#) on 29 July 2016.

The user has requested enhancement of the downloaded file.

# SEM POBREZA, MAS COM “FOMES”: VISÕES ECONÔMICAS E PSICOLÓGICAS<sup>1</sup>

Flavio Vasconcellos Comim

Sabino Porto Jr.

James Ferreira Moura Jr.

Izete Pengo Bagolin

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de pobreza é eminentemente normativo. Isso não quer dizer que seja inteiramente subjetivo. Apenas afirma que não se pode falar de pobreza se não se tratar de valores sobre o que é ou não inaceitável ou intolerável à condição humana. Essa preocupação com a erradicação, ou pelo menos com a redução da pobreza está no âmago do desenvolvimento humano e de várias discussões sobre qualidade de vida. Desse modo, é importante esclarecer que falar da pobreza é examinar o que se entende sobre uma vida minimamente digna. Frequentemente essa análise está centrada na visão particular do gestor de política pública, mas dentro de uma perspectiva de desenvolvimento humano é importante considerar a visão das próprias pessoas tidas como pobres em relação às suas condições objetivas (Sen, 2009).

Muito do debate sobre pobreza é sobre sua mensuração. Quais serão as melhores medidas de pobreza, objetivas ou subjetivas? Devem-se considerar como pobres aquelas pessoas que não têm um mínimo de renda ou de consumo? Deve-se usar uma linha unidimensional ou multidimensional? Será mais adequado considerar apenas a incidência ou devem-se incluir medidas de intensidade da pobreza? Qual a melhor ênfase, pobreza absoluta ou pobreza relativa? Crônica ou transiente? Qual o papel do acesso aos bens públicos na caracterização da pobreza? E como construir um índice composto, se for essa a decisão? Esses problemas e as condições que um indicador de pobreza deve satisfazer já foram

---

<sup>1</sup> COMIM, F. V. ; PORTO JR, S. ; MOURA JR., J. F. ; BAGOLIN, I. P. . Sem pobreza, mas com "fomes": Visões Econômicas e psicológicas. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F.. (Org.). Implicações Psicossociais da Pobreza: Diversidades e resistências. 1ed.Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, v. 1, p. 17-44. ISBN 978-85-420-0821-0

suficientemente explorados na literatura (ver, por exemplo, Sen, 1981, e Amiel & Cowell, 1999). O objetivo deste trabalho não é revisitar essas velhas questões.

Procura-se, neste texto, investigar a relação entre as condições objetivas da realidade que caracterizam a pobreza – como a questão fundamental da fome e insegurança alimentar e da falta de igualdade de oportunidades – e a subjetividade das pessoas que representam ‘outros tipos de fome’, situando e contextualizando a pobreza nas circunstâncias objetivas nas quais essas pessoas vivem. Essa perspectiva é discutida a partir do contexto recente da política pública de redução da pobreza no Brasil, em particular no programa Brasil sem Miséria. Não se trata de reproduzir aqui estudos como ‘Vozes dos Pobres’ de Narayan e Petesch (2002), mas de explorar os elos entre circunstâncias objetivas e subjetividades das pessoas, buscando com isso um entendimento mais abrangente da condição de pobreza.

Com esta finalidade, este capítulo está dividido em quatro partes. A primeira parte se inicia com uma análise da fundamentação e justificativa do programa Brasil sem Miséria, explorando suas potencialidades e limitações. Logo a seguir, na segunda parte, interpreta-se a pesquisa sob a perspectiva da caracterização das condições objetivas de vida das pessoas pobres, centrada no conceito objetivo de insegurança alimentar, e se explora a questão da falta objetiva de igualdade de oportunidades. Na terceira parte, empreende-se uma análise dos aspectos subjetivos da pobreza a partir da perspectiva psicológica das necessidades e expectativas das pessoas em situação de pobreza que se denomina de ‘outras fomes’. Conclui-se, por fim, com algumas considerações e sugestões para a política pública.

## **2 O BRASIL SEM MISÉRIA**

Desde que Josué de Castro escreveu, no seu ‘Geografia da Fome’, em 1946, sobre os diferentes tipos de fome no Brasil, ocorreram diversas mudanças no país. O desenvolvimento econômico da década de 1970 teve um efeito dramático na redução de pobres no território brasileiro, passando de 44%<sup>2</sup> em 1970 para 18% da população em 1980. Apesar do regime ditatorial, foi uma década em que o número de analfabetos no Brasil caiu de 40% para 31%, e caiu pela metade o número de famílias com pessoas subempregadas (Pastore, Zylberstajn & Pagotto, 1983). Nos anos 1980 até a metade dos anos 1990, a pobreza se comportou de modo muito anticíclico, com aumentos significativos durante recessões e substancial declínio em períodos de expansão, como explicam Ferreira e Litchfield (2000). No final da década de

---

<sup>2</sup> Para este cálculo, os autores utilizaram a linha de ¼ do salário mínimo.

1990, o IPEA estimava que havia 14,5% da população brasileira vivendo em famílias com renda abaixo da linha de indigência.

As políticas de combate à fome e à pobreza no Brasil foram tomando forma ao longo de décadas. Por exemplo, as mudanças conceituais introduzidas pela aprovação do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) são consideradas um marco na política de alimentação e nutrição no país, com a utilização de alimentos básicos nos programas alimentares e apoio aos pequenos produtores rurais (Peliano, 2010). A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 1993, com a geração de informações para o Mapa da Fome. O CONSEA foi substituído pelo Conselho da Comunidade Solidária e depois retornou. Foram capítulos de uma história que culminou com a elaboração do Programa Fome Zero em 2003. A importância do Fome Zero não pode ser exagerada; ele foi um marco de administração pública e participação da sociedade civil que não continuou (ou continuou de maneira mais atenuada) como referência na formulação e implementação da política pública de combate à fome (Silva, del Grossi & França, 2011).

A noção concreta e tangível da alimentação como um direito humano foi estruturada, em 2006, com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada (Brasil, 2006). Em 2010, esse sistema foi operacionalizado com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, que visa a estabelecer responsabilidades aos entes federados no alcance de uma alimentação saudável e adequada principalmente para as populações mais vulneráveis. No entanto, de acordo com o Mapeamento da Segurança Alimentar e Nutricional, que teve abrangência nacional (Brasil, 2014a), nota-se que os entes federados não assumiram as responsabilidades de operacionalização dos diversos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (EPSAN) disponíveis para execução do PNSAN, principalmente para o público mais vulnerável, como os restaurantes populares, os bancos de alimento, as cozinhas comunitárias, o suporte de feiras livres e orgânicas nos bairros mais pobres.

Mesmo com essa política de segurança alimentar, nota-se que o debate público e político nos últimos anos foi centralizado na questão do direito a uma renda mínima representada pelo Bolsa Família (que antes de tudo é um incentivo para a diminuição da pobreza intergeracional) como principal estratégia de combate à pobreza, não apenas no Brasil, mas em vários países da América Latina, desde sua introdução no México em 1997 (Handa & Davis, 2006). É nesse contexto de transformação e transição entre o Fome Zero e o

Bolsa Família que surge o Brasil sem Miséria, em 2011, como um amadurecimento do Bolsa Família.

O Brasil sem Miséria, instituído pelo Decreto 7.492, de 2 de junho de 2011, e complementado pela MP 535, da mesma data, é inserido em um conjunto de 70 ações integradas e intersetoriais para a redução da fome e da pobreza extrema (Campello & Mello, 2014). No entanto, mesmo reconhecendo formalmente a multidimensionalidade da pobreza, escolhe-se como marco avaliatório único uma linha de pobreza monetária. Na literatura de mensuração da pobreza é comum ocorrer isso, não se tratando, portanto, de um problema *per se*. No entanto, o marco avaliatório do Brasil sem Miséria parece desqualificar o debate público sobre a escolha da linha de pobreza adequada em nome de um conceito de pobreza, chamado ‘político-administrativo’, que não tem referência a nenhum aspecto concreto da pobreza. Vale a pena ver a citação completa em Osório, Soares e Souza (2011, p. 9):

Como o Brasil nunca adotou oficialmente uma linha oficial de pobreza ou de pobreza extrema, defendemos que a linha de pobreza extrema seja ‘político-administrativa’, expressa em unidades de renda domiciliar per capita mensal. Isso porque mesmo quando a linha de pobreza é definida empiricamente, por método que prometa ‘objetividade’, muitas das decisões necessárias para obtê-la são de natureza política, e sob o manto de cientificidade desses métodos os pesquisadores podem tomar decisões que deveriam ser objeto de discussão. Não é problema que pesquisadores, ao conduzirem suas pesquisas, tomem as decisões de acordo com a forma que consideram mais correta para medir a pobreza. Mas, no âmbito da política pública, suas percepções sobre a pobreza e suas decisões normativas não podem substituir as que advêm do consenso possível consubstanciado, por exemplo, nas linhas de pobreza administrativa estabelecidas para definir a elegibilidade para programas de assistência social e complementação de renda.

Em primeiro lugar, não parece verdade que o Brasil nunca adotou uma linha oficial de pobreza, conforme mostram Pastore et al. (1983) e Henriques (2000), entre outros. Segundo, a linha de pobreza deve referir-se a algo, e não ser autorreferente, como proposto acima. Em outras palavras, ela deve tratar de alguma violação da dignidade humana que seja compreensível, seja em termos absolutos (como a fome ou a falta de água) ou relativos (como a exclusão social). A defesa de uma linha ‘político-administrativa’ de pobreza parece ir de encontro ao próprio espírito de transparência e participação social defendido pelo programa Fome Zero. Mais importante ainda, as ‘percepções’ dos diferentes agentes, incluindo as das pessoas mais pobres, não devem ser desconsideradas, mas sim respeitadas em sua diversidade, pois ampliam o entendimento dos problemas referentes à pobreza.

A escolha original de uma linha de pobreza de R\$70,00 por pessoa ao mês em 2011 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012), sendo atualizada para R\$77,00 em 2014 (Brasil, 2014b), contraria a história das medidas de pobreza no Brasil, que sempre viu nas frações de salário mínimo ( $\frac{1}{2}$  SM a linha de pobreza e  $\frac{1}{4}$  de SM a linha de

pobreza extrema) uma justificativa lastreada na Constituição do país para o estabelecimento desse referencial. No Brasil sem Miséria, no entanto, o centro de referência adotado foi a linha de US\$1.25 por dia, justificada a partir de uma análise custo-benefício que mostrou que ter uma linha de R\$154,00 (que seria equivalente à linha anterior de ¼ de SM) quintuplicaria os gastos com o programa Bolsa Família. Essa escolha, entretanto, desvinculou o referencial de pobreza da base anterior de direitos associada ao salário mínimo nacional. O valor de R\$77,00, semelhante ao adotado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, foi embasado em uma nova racionalidade de metas internacionais.

Duas tensões foram geradas por essa escolha pela linha de pobreza ‘político-administrativa’, e motivam e justificam esta pesquisa realizada na cidade de Porto Alegre. A primeira foi a eliminação das vozes das pessoas na formulação da política pública (que teoricamente poderiam estar na proposta de um ‘consenso consubstanciado’, mas que na prática não existiram), em particular, em categorias que fossem além do aspecto administrativo, definido pelo programa Bolsa Família. Com isso, importantes privações, muitas de natureza psicológica, deixaram de ser tratadas como relevante em um programa focado na gestão de recursos e da efetividade de suas transferências. Assim, procurou-se resgatar, neste estudo, as dimensões psicológicas da pobreza. Antes, porém, examinou-se o lastro desse referencial monetário em termos do centro das preocupações com a pobreza que trata da fome e da insegurança alimentar.

### **3 INSEGURANÇA ALIMENTAR E FALTA DE OPORTUNIDADES**

Os resultados empíricos aqui apresentados e discutidos com a finalidade de estimular uma reflexão sobre o conceito de pobreza adotado para a política pública brasileira de combate à pobreza tiveram origem em entrevistas diretas a 555 pessoas que vivem em comunidades conhecidas pela sua situação de vulnerabilidade extrema em Porto Alegre. As entrevistas foram realizadas em mais de 10 bairros com destaque para os bairros Restinga (aproximadamente 200 pessoas entrevistadas), Centro (aproximadamente 100), Vila Pinto (60), Ilha dos Marinheiros (aproximadamente 50); os demais bairros contribuíram com aproximadamente 110 questionários. A coleta dos dados ocorreu em junho de 2013 e foi realizada por um grupo de alunos e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em colaboração com a jornalista Aline Custódio do Diário Gaúcho. Como instrumentos de pesquisa, foram utilizadas questões sociodemográficas, a Escala Brasileira de Insegurança

Alimentar (EBIA), uma escala de exclusão social e perguntas sobre moralidade, projetos futuros e avaliações do passado.

A amostra é aleatória e não estratificada e, do total de entrevistados, 63% eram mulheres com idade média de 40 e com escolaridade média de seis anos. A maioria vive em casas com alvenaria acabada, porém, em 19% dos domicílios não havia acesso à água tratada da rede pública. As condições de empregabilidade eram precárias, e a maioria trabalhava na informalidade – 75% não possuíam carteira assinada na época da pesquisa. O critério para seleção dos entrevistados considerou o fato de as pessoas morarem ou estarem vivendo em situação de vulnerabilidade social, sem a adoção de critério monetário. Em função disso, a renda média da amostra é R\$626,00 superior à linha de pobreza oficial, e a renda familiar média é de R\$1.178,00. A maioria das pessoas entrevistadas vivia em condições de insegurança alimentar quando avaliadas pela métrica da EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), que foi aplicada para que se pudesse investigar a relação da linha de pobreza de R\$77,00 (estabelecida por razões político-administrativas) com a questão substantiva mais evidente da pobreza que é a insegurança alimentar.

Os resultados foram em grande parte surpreendentes. Apenas 22% da amostra puderam ser considerados como vivendo com segurança alimentar. Outros 24% vivem com insegurança alimentar leve. O maior percentual, representando 39% dos entrevistados, vive com insegurança alimentar grave, o que pode ser caracterizado como um quadro de vulnerabilidade alimentar e de fome endêmica naquelas famílias entrevistadas. Ao responder sobre o que as pessoas da amostra fariam com R\$70,00 a mais, os itens mais lembrados do orçamento doméstico foram, nessa ordem: adquirir mais alimentos, mais roupas e tentar poupar uma parcela do recurso extra. Isso mostra quanto ainda é importante o recebimento do benefício do Bolsa Família para a segurança alimentar das famílias contempladas.

Algumas questões tentaram captar a perspectiva de vida e os sonhos ou anseios daquela população. Assim, quando perguntados sobre o quanto desejariam que seus filhos continuassem estudando, 82% dos entrevistados responderam que anseiam por filhos realizando estudos universitários, o que é um indicador forte de que a educação formal é considerada um fator importante de mobilidade social e porta de saída para uma situação de armadilha de pobreza para a população entrevistada. O questionário também contemplava questões para identificar se as pessoas achavam que a vida delas iria melhorar nos próximos cinco anos. Surpreendentemente, a maioria, 65% dos entrevistados, respondeu

afirmativamente, que acreditava que a vida melhorará nos próximos cinco anos. Para apenas 7% a vida irá piorar no mesmo período.

Assim, apesar de todas as injustiças seculares da sociedade brasileira, pessoas em condições de vulnerabilidade em muitas dimensões, acreditam mais na redistribuição baseada no esforço pessoal e, portanto, no mérito do que seria esperado para uma situação de apoio ao Estado de bem estar social. Provavelmente, essa percepção das pessoas em situação de pobreza pode ocorrer porque o processo histórico cultural de desenvolvimento do Brasil está pautado na culpabilização do pobre pela sua situação, esvaziando a responsabilidade do Estado e da sociedade civil dos processos de erradicação e de combate à pobreza (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2014).

Visando a um tratamento mais rigoroso e que seja capaz de explorar melhor a relevância da base de dados para os vários aspectos da realidade, são apresentados, a seguir, os resultados da análise econométrica. A primeira regressão estimada examina os fatores que impactaram a vulnerabilidade alimentar ou insegurança alimentar detectada pela aplicação do questionário da EBIA. A equação tem o objetivo de detectar os efeitos da renda, idade, gênero, etnia, escolaridade, acesso à água e indicadores de renda sobre a situação de insegurança alimentar observada entre os entrevistados. Dessa forma, estimou-se a seguinte equação geral:

$$Ebia_{total} = \beta_0 + \beta_1 Renda + \beta_2 Etnia + \dots + \beta_{11} Bolsafamilia + u_i$$
$$u_i \approx N(0, \sigma^2)$$

Os resultados obtidos por MQO são apresentados na Tabela 1 abaixo. O modelo foca na variável ‘insegurança alimentar’ como dependente e procura explicar seu comportamento em função de uma lista de variáveis potencialmente relevantes. A análise mostra que variáveis como falta de água, escolaridade e moradia são estatisticamente significativas na caracterização da insegurança alimentar. As variáveis de renda, apesar de significativas, apresentam coeficientes muito baixos e quase não impactam no resultado obtido. A presença do Bolsa Família tem um impacto positivo maior, porém não é relevante estatisticamente. Destaca-se que o uso simultâneo de vários indicadores de renda gera problemas de multicolinearidade que enfraquecem os resultados estatísticos dessa estimação.

---

Tabela 1: Regressão para Insegurança alimentar

---



Variáveis	Modelo	p-valor
Gênero	0,084	0,76
Idade	-0,109	0,229
Raça	0,181	0,171
Escolaridade	<b>-0,149</b>	<b>0,002</b>
Moradia	<b>-0,8704</b>	<b>0,003</b>
Água	-0,474	0,102
Estado civil	-0,166	0,258
Carteira	0,803	0,162
Renda carteira	<b>-0,0013</b>	<b>0,025</b>
Renda pessoal	<b>-0,0058</b>	<b>0,011</b>
Bolsa Família	0,74	2,26
Constante	6,37	0
R2_ ajustado	0,1245	
Num. Observações	550	

Fonte: Elaborada pelos autores

Esse exercício econométrico simples permite observar que, para a amostra dessa pesquisa, os indivíduos autodeclarados não brancos e mulheres brancas e não brancas obtiveram, em média, resultados inferiores em indicadores de bem-estar como renda e educação em relação aos homens brancos. Esse é um resultado encontrado para a economia brasileira em Barros, Ferreira, Veja e Chaduvi (2009) e em Ferreira e Gignoux (2011), indicando a existência de desigualdade de oportunidade na amostra analisada. Mesmo entre indivíduos em condições de vulnerabilidade econômica e nutricional, repete-se um padrão já observado para o país como um todo. Há desigualdade de oportunidades em resultados de bem-estar também entre os pobres no Brasil.

Roemer (1993; 1998) desenvolve uma teoria de igualdade de oportunidades bastante abrangente, que explica, em linhas gerais, que desigualdades em bem estar provocadas por circunstâncias que estão além do controle do indivíduo não são eticamente aceitáveis ou moralmente justificáveis. A desigualdade de renda avaliada pelo índice de Gini, por exemplo,

não captura essa realidade porque não identifica as circunstâncias pessoais e a sua influência na geração de renda pessoal. Na visão de Roemer (1998) apenas desigualdades induzidas pela realização de características pelas quais os indivíduos são diretamente responsáveis, como a realização de esforço, são aceitáveis moralmente. Mesmo nesse caso, Roemer (1998) é cético sobre a forma de recompensar o esforço e sobre o tamanho aceitável da desigualdade existente induzida por níveis de esforços diferentes entre indivíduos em uma dada sociedade. A proposta de igualdade de oportunidades consiste em decompor a desigualdade em desigualdades devidas as circunstâncias exógenas aos indivíduos e desigualdades devidas ao esforço pelos quais os indivíduos são responsáveis diretamente. A igualdade de oportunidades ocorre quando as circunstâncias são neutralizadas para todos os indivíduos.

A política social deveria compensar indivíduos em circunstâncias adversas com um volume maior de recursos. Desigualdades na distribuição de renda pessoal ou em outra vantagem qualquer que sejam induzidas por assimetrias em circunstâncias dos indivíduos sobre as quais eles não tenham controle, autonomia ou capacidade de escolha, como a etnia, gênero ou o *background* familiar, devem ser combatidas por uma política social justa. Dessa forma, uma alocação justa de recursos deve compensar tipos ou grupos de indivíduos com circunstâncias idênticas, transferindo mais recursos para os tipos em circunstâncias desfavoráveis. Para citar algumas ações desse tipo, a focalização de recursos já é identificada no programa Brasil Carinhoso do Plano Brasil sem Miséria, que repassa mais recursos para as escolas que possuam uma maior quantidade de alunos em situação de extrema pobreza a partir de dados do Cadastro Único de Programas Sociais. Igualmente, as mulheres grávidas e lactantes recebem um auxílio específico de complementaridade de renda, como também suplemento de ácido fólico nas Unidades Básicas de Saúde que são acompanhadas (Jaime, Amaral & Magalhães Junior, 2014).

Essa teoria das oportunidades enfrenta vários desafios conceituais, teóricos e práticos. Uma boa revisão encontra-se em Fleurbaey (2008). O próprio Roemer (2012) apresenta uma generalização do seu algoritmo para promover igualdade de oportunidades que considera a desigualdade entre e dentro do grupo ou tipo e que aborda o efeito indireto de circunstâncias sobre o nível de esforço realizado pelos indivíduos, ambos temas importantes e que abrem novas perspectivas analíticas. O objetivo aqui é mensurar a desigualdade de oportunidades entre os indivíduos da amostra em que foi aplicado o questionário socioeconômico. A literatura empírica para mensurar desigualdade de oportunidade também é não consensual e, como assumido por vários autores, os indicadores existentes são complementares e abordam

aspectos distintos e importantes. Assim, um desafio importante dessa literatura é o de mensurar adequadamente a existência ou não de desigualdade em oportunidades em uma dada comunidade ou sociedade. Esse é um exercício crucial porque ele permite detectar a presença de padrões de desigualdades de oportunidades que podem servir para entender as causas das vulnerabilidades observadas e podem orientar políticas sociais de compensação.

Há uma ampla gama de possibilidades empíricas para mensurar desigualdade de oportunidades. Aqui se usará o método originalmente proposto por Ferreira e Gignoux (2011), que se apoia integralmente na teoria de Roemer (1998) e que é bastante aplicado para países em diversas regiões do mundo. A seguir, será apresentado brevemente o método a ser aplicado para os dados da amostra. Na visão de Roemer (1998) há igualdade de oportunidades numa dada sociedade se a distribuição de resultados que as pessoas buscam ou valorizam ter e ser é independente de fatores que estão além de seu controle ou autonomia, ou seja, se a distribuição de bem-estar é independente das circunstâncias pessoais dos indivíduos, que notadamente não foram escolhidas autonomamente por esses indivíduos. Uma forma elegante de expor isso seria afirmar que há igualdade de oportunidade se a distribuição de resultados condicionada às circunstâncias individuais é igual para os grupos ou tipos distintos de indivíduos na sociedade, sendo que um tipo ou grupo é um conjunto de indivíduos com circunstâncias idênticas. Tem-se, então, que a função distribuição acumulada condicional seria igual para todos os tipos, ou seja:

$$F(y/C) = F(y) \quad \forall y, C$$

onde  $y$  representa o resultado em bem-estar do tipo ou indivíduo e  $C$  é o conjunto de circunstâncias<sup>3</sup> que caracterizam um tipo de indivíduos na sociedade.

Resumidamente, tem-se que dividir a sociedade em tipos bem definidos. Nessa pesquisa, são os indivíduos divididos em brancos e não brancos e em homens e mulheres, havendo quatro tipos bem definidos. Em seguida, analisa-se a distribuição de resultados observados por tipos, em renda familiar e nível de educação, por exemplo. A desigualdade entre as distribuições de resultados entre tipos é o indicador chave da desigualdade observada para a amostra. No exercício examina-se se a circunstância ‘ser mulher’ ou ‘ser não branco’ nas comunidades analisadas pela pesquisa influencia ou define a distribuição de resultados

---

<sup>3</sup> A definição das circunstâncias que devem ser avaliadas não é trivial, a sugestão é usar o ambiente democrático e a razão pública para escolher circunstâncias que devem ser compensadas e avaliadas. Outro ponto importante é que muitas circunstâncias são de difícil observação, por exemplo, o QI ou o talento, assim, a avaliação de desigualdade de oportunidade é *lower bound* em qualquer métrica. Neste trabalho, avaliam-se desigualdade de oportunidades para as circunstâncias gênero e etnia.

entre os tipos, o que geraria desigualdade de oportunidade para o resultado, renda familiar ou nível de educação alcançado. A seguir descreve-se rapidamente o método econométrico de Ferreira e Gignoux (2011).

Basicamente, a análise empírica busca decompor a desigualdade observada em alguma realização ou vantagem em desigualdades devidas às circunstâncias do indivíduo (no caso, do tipo em que o indivíduo se enquadra), da desigualdade induzida por outros fatores como esforço ou sorte ou outro fator aleatório (em Roemer, 1998), representado pelo esforço (E) exercido pelo indivíduo). Dessa forma tem-se que:

$$D_{Total} = D_C + D_E$$

#### 4 RESULTADOS

O exercício econométrico realizado neste trabalho é muito simples. Estima-se uma equação por MQO para o efeito de gênero e etnia sobre o resultado renda familiar observada para os dados da amostra. Usa-se uma variável *dummy* para cada uma das circunstâncias, assim, na variável etnia, ‘um’ significa não branco e ‘zero’ branco; para gênero, ‘um’ significa ser do sexo feminino, e ‘zero’, do sexo masculino. A equação estimada assume a seguinte forma geral:

$$y_i = \beta_0 + \beta_1 \cdot d_{etnia} + \beta_2 d_{genero} + u_i \quad (2)$$

Os resultados são apresentados na Tabela 2 abaixo. Em linhas gerais, ser não branco tem impacto negativo sobre a renda familiar, na amostra analisada, e ser mulher também resulta em rendas menores, em média, do que as dos homens na amostra estudada. Os resultados, conforme o esperado, são significativos com restrições, pois o modelo tem poucas variáveis e não serve para uma análise de causalidade. No entanto, pode-se mensurar uma forma simples da desigualdade de oportunidades na amostra estudada.

*Tabela 2.* Regressão estimada para o método paramétrico.

	Modelo	Desvio-padrão	p-valor
Etnia	- 0,098	0,0667	0,1442 04
Gênero	-	0,0693	0,0304

	0,150		76
Constante	7,07	0,07	0,00
R2_ajusta	0,009		
Observações	503		

Fonte: Elaborada pelos autores

O coeficiente de variação, que é a razão entre o desvio-padrão e a média, é a medida de desigualdade utilizada. Estimou-se que o Coeficiente de variação para o *log* da renda observada foi de 0,108176 e o Coeficiente de variação para o resultado previsto a partir da reta ajustada foi de 0,012259. Pode-se, então, calcular o índice de desigualdade de oportunidades para os dados da amostra:

$$\theta_d = \frac{CV(\hat{y}_i)}{CV(y_i)} = \frac{0,012259}{0,108176} = 0,1133$$

Esse é um resultado com limitações, seja pelo tamanho da amostra, seja pelo uso de poucas circunstâncias e para apenas o resultado renda da família. Contudo, ele é importante porque indica que mesmo em meio à população de baixa renda há desigualdade de oportunidades para não brancos e mulheres. Uma forma de melhorar esse exercício seria ampliar o número de variáveis de controle e analisar para mais variáveis de bem-estar. No entanto, não são apenas as privações e desigualdades usualmente debatidas nos estudos de pobreza que impactam a vida das pessoas entrevistadas. Buscando promover uma reflexão mais ampla, a próxima seção deste capítulo trata das “outras fomes” identificadas durante a pesquisa.

## **5 OUTRAS FOMES: UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA DAS NECESSIDADES E EXPECTATIVAS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA**

Concebe-se que há dimensões geralmente faltantes na compreensão e na análise dos impactos da pobreza. Narayan e Petesch (2002) apontam algumas delas, como o bem estar subjetivo que está relacionado à avaliação global que o indivíduo faz sobre sua vida. Esses autores também apontam que a vergonha e a humilhação podem ser sentimentos vinculados a uma situação de pobreza, sendo gerados por atos de discriminação voltados a um processo de estigmatização da pobreza. Igualmente, as expectativas em relação ao futuro também são

importantes quanto ao planejamento de ações vinculadas ao presente (Zappe, Moura Jr., Dell'aglio & Sarriera, 2013). Igualmente, essas expectativas podem relacionar-se a dilemas morais, vinculadas a uma perspectiva de justiça e de ética. Dessa maneira, entende-se que as diferentes dimensões acima apontadas podem ser caracterizadas como outras fomes geralmente não priorizadas nas avaliações das políticas públicas e nas investigações com populações em situação de pobreza. Neste tópico, também seguiu o recorte de renda presente nas discussões anteriores, sendo considerados os grupos em situação de pobreza e fora dessa situação segundo a linha política administrativa usada pelo Plano Brasil sem Miséria.

Nessa perspectiva, os participantes da pesquisa foram apresentados a uma questão que tratava de um dilema moral. Hipoteticamente, as pessoas eram convidadas a participarem de uma festa nas suas comunidades. Então, foram questionadas sobre algumas situações que influenciariam essas formas de participação na festividade comunitária. As situações eram as seguintes: vai à festa, mas acha que não precisa levar nada; vai à festa, mas não leva nada em virtude de a festa ser da sua própria comunidade, e considerar ter já contribuído muito para o grupo; gostaria de participar, mas, como não tem como contribuir, portanto não vai à festa; oferece-se para ajudar com seu trabalho na organização da festa e vai à comemoração; vai à festa levando alimentos e bebidas. De acordo com os resultados, a opção mais escolhida para participar foi relacionada ao fato de ir à festa e ajudar com o trabalho, sendo que 45,9% das respostas foram de pessoas fora de linha de pobreza, e 38,4% de indivíduos em situação de pobreza. Verifica-se também que essa opção de ajudar com o trabalho está ligada à rede de solidariedade presente nas relações comunitárias. É comum nas comunidades em situação de pobreza encontrarem-se relações pautadas na cooperação na organização de festividades locais (Moura Jr., Cardoso, Rodrigues, Vasconcelos & Ximenes, 2013).

Outro resultado interessante ainda referente a esse dilema moral é que 27,2% dos participantes em situação de pobreza não vão à festa em virtude de não terem como contribuir, enquanto que a porcentagem é bem menor no grupo fora dessa situação (14,4%). Essa diferença superior a 10% pode estar relacionada ao fato de a pobreza ser considerada um estado de fracasso (Accorsi, Scarparo & Guareschi, 2012). Vazquez e Panadero (2009) informam que há uma série de estereótipos sociais que posicionam o indivíduo em situação de pobreza como o único culpado pela sua situação. Há um esvaziamento de explicações baseadas em aspectos contextuais, estruturais e ideológicos, reduzindo unicamente a causa da pobreza a atributos atitudinais, comportamentais e valorativos.

Portanto, o fato de as pessoas em situação de pobreza neste estudo não terem possibilidade de contribuir com a festa pode funcionar como uma representação do seu estado da pobreza. Assim, é mais conveniente não participar da festividade por conta de não ter como contribuir, anulando a possibilidade de ser rotulado como pobre. De acordo com Zavaleta (2007), a causa para esse processo de isolamento social está vinculado ao sentimento de vergonha relacionada à estigmatização da pobreza. O indivíduo ser reconhecido como em situação de pobreza pode desencadear o surgimento de sentimentos de vergonha que o levam a afastar-se das relações comunitárias, do convívio social e dos serviços públicos. Também, foi realizada uma comparação entre os beneficiários do Bolsa Família e os não beneficiários desse programa de transferência de renda. Aponta-se que os resultados dessa comparação seguem tendências idênticas aos dados encontrados no viés comparativo das pessoas em situação de pobreza e fora dessa situação, grupo com e sem pobreza monetária.

Sobre as expectativas quanto à educação dos filhos e das filhas, não há diferenças marcantes entre os grupos comparados, sendo a opção mais escolhida, por 82% das pessoas em situação de pobreza e 81,5% para os indivíduos fora dessa situação, o desejo de o filho cursar uma faculdade. Também, foi realizada essa mesma comparação entre os beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família. Identifica-se que as pessoas que recebem o benefício (82,8%) têm uma expectativa um pouco mais elevada relacionada ao desejo de os filhos cursarem uma faculdade do que aqueles indivíduos que não recebem o benefício (80,8). Ressalta-se que, por mais que seja pequena a diferença, as pessoas em situação de pobreza e beneficiárias do principal programa de transferência de renda brasileiro têm uma expectativa elevada de que seus filhos cheguem ao Ensino Superior.

Provavelmente, esses resultados podem estar relacionados ao Programa Universidade para Todos (ProUni) e às políticas afirmativas de cotas sociais e raciais nas universidades públicas e gratuitas. Já há resultados que identificam que essas ações auxiliam na superação da situação de pobreza das famílias dos cotistas (Santos, 2012). Com isso, analisa-se que essas ações são oportunidades concretas de as pessoas em situação de pobreza almejarem melhores formas de vida. Compreende-se que ocorreu uma mudança simbólica na realidade brasileira quando a pessoa em situação de pobreza se reconhece como tendo a possibilidade de acesso a oportunidades antes restritas às classes média e alta (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2014). É importante salientar que a pobreza passou a ser uma temática discutida em nível estatal de forma não caritativa com o fim da ditadura (Freitas & Guareschi, 2014). Além disso, a política de Assistência Social, com a estruturação de uma rede socioassistencial para

apoio às famílias, grupos e indivíduos em situação de pobreza, somente foi operacionalizada em 2004 com a Política Nacional de Assistência Social, sendo a transferência de renda somente um dos vários eixos de atuação da proteção social (Brasil, 2004).

Os participantes também foram questionados sobre quais expectativas eles têm acerca do futuro. As porcentagens mais elevadas estão relacionadas a uma crença de que a vida vai melhorar no futuro, sendo que 53,3% dos indivíduos em situação de pobreza e 67,1% das pessoas fora dessa situação acreditam nessa melhora. Essa diferença pode estar ligada ao fato de as pessoas em situação de pobreza estarem inseridas em uma realidade de privação múltipla. Apesar de esses indivíduos também apresentarem uma porcentagem alta de crença em futuro melhor, Raditloaneng (2009) concebe que eles podem cultivar uma maior desesperança em relação à vida por conta das diferentes limitações vivenciadas.

Aprofundando essa temática, também se perguntou aos participantes quem seria responsável por essas mudanças em uma perspectiva futura. A resposta mais relatada foi o esforço pessoal, tanto das pessoas em situação de pobreza (40,6%), como daqueles fora dessa situação (40,7%). Em segundo lugar está Deus, com 25,5% para as pessoas fora da pobreza, e o Governo, com 26,6% para as pessoas em situação de pobreza.

Antes de discutir esses resultados, também é interessante apresentar essa mesma comparação com beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). De acordo com as análises realizadas, 42,5% dos indivíduos que recebem o benefício acreditam no esforço pessoal para ter um futuro melhor, enquanto que 39,4% dos não beneficiários do PBF também têm essa compreensão. Seguindo a mesma tendência da comparação das pessoas com e sem pobreza, em segundo lugar, 22,6% acreditam no governo como promotor das mudanças para beneficiários do PBF, enquanto que 27% dos não beneficiários do PBF acreditam em Deus.

Esses resultados demonstram que não há, de forma extrema, tanto tratando-se dos mais pobres como dos beneficiários do PBF, atitudes fatalistas que posicionam aos fatores exteriores ao indivíduo os rumos da existência, porque ambos os grupos concebem o esforço pessoal como base para essas mudanças. Apesar dessa constatação, ainda são observadas tendências fatalistas nas pessoas não consideradas em situação de pobreza e nas não beneficiárias do Programa Bolsa Família. De acordo com Martín Baró (1986), o fatalismo é uma estratégia adaptativa e reativa frente a uma realidade de adversidade, mas também constituinte de uma matriz identitária latino-americana. São utilizadas explicações baseadas em assunções divinas, em crenças sobrenaturais e em uma desesperança aprendida. O fatalismo pode desembocar em conformismo e compreensão da realidade como estática e pré-



determinada. É interessante observar que essas características presentes no fatalismo estão mais relacionadas ao público fora da situação de pobreza e não beneficiário do PBF.

Já as pessoas em situação de pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família compreendem que as mudanças futuras podem estar relacionadas ao Governo. Esses resultados apoiam as considerações de Alesina e Angeletos (2005), que verificam que as populações mais privadas e recursos concebem que as possibilidades de mudança estariam relacionadas à intervenção do Estado. Sobre as possíveis explicações para esse fato, Rego e Pinzani (2013), em uma série de entrevistas com beneficiárias nordestinas do Programa Bolsa Família, explanam que a transferência direta de renda pode ser entendida como uma ferramenta de empoderamento. Por mais que o recurso seja ínfimo, a quantia mensal de renda fornecida pelo PBF já traz um espaço possível de escolha de diferentes formas de vida. São possibilidades de utilização da agência que antes não eram possíveis, porque não havia um suporte estatal e econômico para ampará-las. Além disso, com a estruturação da rede de Assistência Social constituída de proteção social básica nas figuras dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) presentes em praticamente todos os municípios brasileiros, o poder estatal tornou-se mais presente no cotidiano das pessoas em situação de pobreza. Esses serviços estão baseados em diretrizes que enfocam de forma explícita a necessidade de efetivação de uma atuação com fins da promoção de autonomia, resiliência, sustentabilidade e protagonismo das populações mais vulneráveis (Brasil, 2010).

Também foi comparado o nível de satisfação com a vida<sup>4</sup> das pessoas em situação de pobreza e das pessoas que estão fora dessa situação, segundo a linha de pobreza apresentada. Dessa maneira, as pessoas em situação de pobreza têm uma média de satisfação mais baixa do que aquelas pessoas que estão fora dessa situação<sup>5</sup>. Esses resultados são semelhantes aos de Asadullah e Chaudhury (2012), em uma investigação em Bangladesh, e aos de Cox (2012), em uma pesquisa em Calcutá. Em ambos os estudos, os indivíduos mais pobres têm índices mais baixos de satisfação comparados com as pessoas com melhor situação econômica.

Também, realizam-se análises, identificando os efeitos preditores da exclusão social no bem estar subjetivo. Assim, verifica-se que o fato de uma pessoa se sentir menos valorizada do que outras e perceber que conseguiu menos coisas na vida do que os outros

---

<sup>4</sup> Utilizou-se o item único que representa a escala Overall Life Satisfaction (OLS). Esse item está relacionado a “Quanto satisfeito você está com toda a sua vida, em geral” com uma escala de resposta de 10 pontos.

<sup>5</sup> Pessoas em situação de pobreza têm uma média de satisfação de 6,48 (DP = 3,24). Já as pessoas que estão em situação de pobreza têm uma média de 7,53 (DP = 2,56). Essa diferença é considerada significativa a partir da realização de um teste  $t(F(553) = 21,62, p < 0,001)$ .

indivíduos tem um impacto negativo no Bem Estar Subjetivo (BES), tanto no grupo em situação de pobreza quanto entre as pessoas que não estão nessa situação<sup>6</sup>. No entanto, detalhando esses impactos negativos, eles são muito mais intensos nas pessoas em situação de pobreza. Além disso, essas relações negativas explicam de forma mais ampla essa relação[essa frase ficou vazia de sentido]. Dessa maneira, entende-se que a pobreza fornece um impacto mais negativo no BES a partir da exclusão social. Também, é importante salientar que as variáveis preditoras negativas estão relacionadas a uma perspectiva de interação e de comparação social. Esses aspectos são constituintes da própria avaliação global sobre a vida (Diener, 2012).

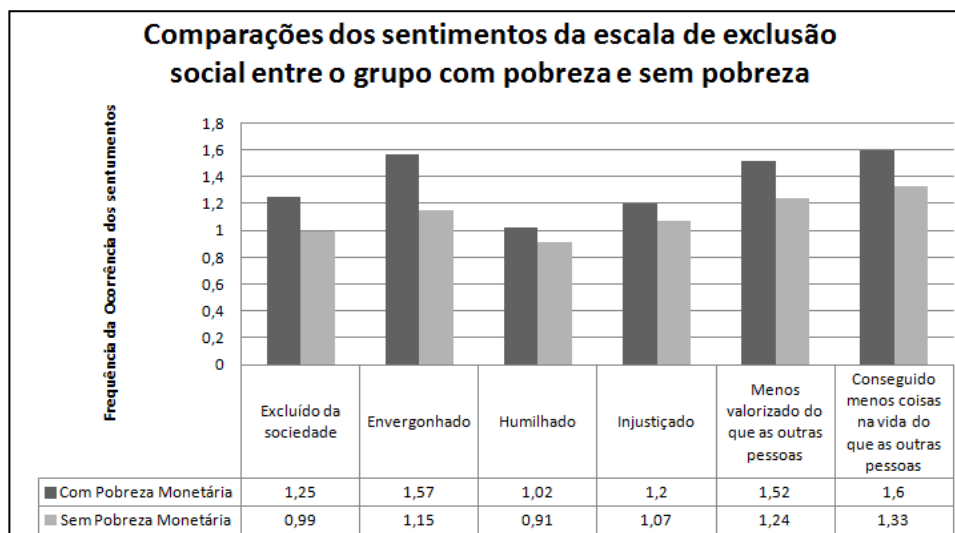
No entanto, conforme já apresentado, essas avaliações tornam-se mais nocivas quando o indivíduo está em uma situação mais intensa de pobreza. Igualmente, essas variáveis relacionadas à percepção de sentir-se menos valorizado e ter conseguido menos coisas na vida estão relacionadas a atitudes de inferioridade. Segundo Moane (2003), as pessoas em situação de pobreza, em suas constantes interações sociais, passam a reconhecer-se como inferiores por conta de sua situação em comparações com outros indivíduos fora do estado de pobreza. Também foram realizadas comparações dos itens da escala de exclusão social com os grupos com pobreza e sem pobreza<sup>7</sup> a partir da linha administrativa utilizada, mostrada no gráfico abaixo.

---

<sup>6</sup> Foram realizadas duas Análises de Regressão Linear entre grupos com e sem pobreza, tendo como variável dependente item único de satisfação geral com a vida e como variáveis independentes os itens da escala de exclusão social (Excluído da sociedade; Envergonhado; Humilhado; Injustiçado; Menos valorizado do que as outras pessoas; Conseguido menos coisas na vida do que as outras pessoas). No grupo com pobreza monetária, foi carregada como preditoras negativa do BES a variável “Conseguido menos coisas na vida do que as outras pessoas” (B = -0,608, p = 0,007) e “Menos valorizado do que as outras pessoas” (B = -0,523, p = 0,017), tendo uma variância explicada de 45,4% (F(2,126) = 16,09, p < 0,001). No grupo sem pobreza monetária, foram também carregadas as mesmas duas variáveis independentes “Conseguido menos coisas na vida do que as outras pessoas” (B = -0,264, p = 0,009) e “Menos valorizado do que as outras pessoas” (B = -0,378, p = 0,001), tendo uma variância explicada de 31,1% (F(2,424) = 22,55, p < 0,001).

<sup>7</sup> Foi realizada de Análises de Multivariada de Variância (MANOVA) para verificar as diferenças das frequências dos itens da escala de exclusão social causada pela pobreza entre as pessoas com e sem pobreza monetária. Identifica-se que não há uma diferença significativa na interação entre os itens da escala, F(6,546) = 1,98, Wilks' Lambda = 0,979, p = 0,066). No entanto, são encontradas diferenças significativas nas comparações das seguintes variáveis: excluída do sociedade (F(1,553) = 3,67, p = ,050), envergonhado (F(1,553) = 8,60, p = ,003), Menos valorizado do que as outras pessoas (F(1,553) = 3,88, p = ,049), conseguido menos coisa do que as outras pessoas (F(1,553) = 3,68, p = ,051). A variáveis humilhado e injustiçado não tiveram diferenças significativas entre os grupos comparados.

Figura 1: Gráfico comparativo dos itens da escala de exclusão social entre pessoas em situação de pobreza e fora dela



Fonte: Pelos próprios autores

É importante salientar que todos os itens da escala de exclusão social, que estão vinculados a aspectos negativos, têm médias mais elevadas para as pessoas em situação de pobreza. No entanto, aqueles que têm diferenças significativas são: ‘excluído da sociedade’, ‘envergonhado’, ‘menos valorizado do que as outras pessoas’ e ‘conseguido menos coisas na vida do que as outras pessoas’. Observa-se que essas variáveis, além de estarem relacionadas a uma realidade concreta de privação, podem também estar vinculadas a um processo de estigmatização da pobreza. Segundo Prilleltensky (2008), a pobreza funciona como uma estratégia opressora de enfraquecimento da capacidade de agência dos indivíduos mais pobres, situando-os em uma posição de marginalidade e inferioridade. É importante salientar que o sentir-se inferior está ligado ao sentimento de vergonha, pois o indivíduo avalia-se como fracassado, realizando um julgamento depreciativo sobre si mesmo (La Taille, 2002). Em uma pesquisa realizada no Reino Unido com pessoas em situação de pobreza, Heim, Hunter e Jones (2011) apontam os processos de discriminação relacionados à pobreza como preditores negativos do Bem Estar Subjetivo. Além disso, essas práticas discriminatórias estão relacionadas à pessoa sentir-se menos valorizada do que as outras.

É importante salientar também que esses resultados dessas “fomes” consideradas psicológicas apontam que há uma situação mais intensa de privação naqueles mais vulneráveis dentro de uma população pesquisada que já vive em condições adversas principalmente relacionadas ao bem estar subjetivo e aos sentimentos de exclusão social. No entanto, também se verifica que alguns mitos podem ser questionados, como os mais pobres entre os vulneráveis serem mais fatalistas e considerados como portadores de uma moral

utilitarista. Com os dados encontrados, a agência dos indivíduos mais pobres é mais intensa, podendo estar relacionada a uma responsabilidade sobre si mesmos como agentes de mudança sobre suas vidas e sobre a realidade que os cerca, como no caso do dilema moral vinculado ao festejo comunitário. Nesse último ponto, é imprescindível evidenciar que os mais pobres decidiram participar da festa, auxiliando com seu trabalho. Eles atuaram assim de forma autônoma e sociável a partir de seu leque de oportunidades.

## 6 CONCLUSÕES

Políticas de combate à pobreza dizem muito sobre que tipo de sociedade se deseja construir e sobre quais aspectos são socialmente considerados como ofensivos à dignidade humana. Pessoas consideradas oficialmente não pobres, mas em situação de vulnerabilidade, podem sofrer não somente de insegurança alimentar, isto é, daquele tipo de fome mais básica, mas sofrerem de múltiplas ‘fomes’, como vergonha, humilhações e injustiças dentro de um contexto de assimetrias de desigualdade de oportunidades. No entanto, a pesquisa feita em Porto Alegre mostrou também que há uma deficiência das oportunidades a partir de condições objetivas pautadas em questão de gênero e de raça, como também a partir da dimensão subjetiva dos mais pobres entre os vulneráveis.

As pessoas mais pobres sofrem privações materiais e psicológicas múltiplas, e é importante avançar nessa contextualização e conceitualização da pobreza dentro de um programa como o Brasil sem Miséria, atualmente moldado por medidas e políticas de transferência de renda, como também por ações de caráter transversal. Isso de modo nenhum significa uma crítica às transferências *per se*, pois, como vimos, elas são importantes, apesar de insuficientes, para a promoção da segurança alimentar das famílias pobres no Brasil (a julgar pelos resultados obtidos em Porto Alegre). No entanto, é importante também salientar que também há uma série de ações voltadas para a segurança alimentar, que extrapolam a questão da transferência de renda, que necessitam de mais visibilidade e operacionalização em nível local. Assim, deve-se evidenciar o nexo entre as dimensões econômico-psicológicas da pobreza e defender medidas mais inclusivas e abrangentes dessas privações que possibilitem políticas mais diversas e relevantes.

## REFERÊNCIAS

- Accorssi, A., Scarparo, H., & Guareschi, P. (2012). *A naturalização da pobreza: Reflexões sobre a formação do pensamento social*. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 536-546.
- Alesina, A., & Angeletos, G.M. (2005). Fairness and Redistribution: US versus Europe. *American Economic Review*, 95, 960-980.
- Amiel, Y.E., & Cowell, F.A. (1999). *Thinking about Inequality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Asadullah, M.N., & Chaudhury, N. (2012). Subjective well-being and relative poverty in rural Bangladesh. *Journal of Economic Psychology*, 33, 940–950.
- Barros, R., Ferreira, F.H.G., Vega, J.R., & Chaduvi, J.S. (2009). *Measuring Inequality of Opportunities in Latin America and the Caribbean*. Washington DC: The World Bank.
- Brasil, Governo da República Federativa do Brasil (2006). Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)
- Brasil, Governo da República Federativa do Brasil (2014b). Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm)
- Brasil, Governo da República Federativa do Brasil (2010). Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm)
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Brasil (2014a). *Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm)
- Campello, T., & Mello, J. (2014). O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil Sem Miséria: Por um país rico e com oportunidades para todos. In T. Campello, T. Falcão, & P.V. Costa. *O Brasil sem Miséria*. (pp. 33-66). Brasília: MDS.
- Castro, J. (1984). *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Edições Antares.
- Cox, K. (2012). Happiness and Unhappiness in the Developing World: Life Satisfaction Among Sex Workers, Dump-Dwellers, Urban Poor and Rural Peasants in Nicaragua. *Journal of the Happiness Studies*, 13, 103–128.
- Diener, E. (2012). New Findings and Future Directions for Subjective Well-Being Research. *American Psychologist*, 67(8), 590-597.
- Ferreira, F., & Litchfield, J. (2000). Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil. In R. Henriques (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. (pp. 49-80). Brasília: IPEA.

- Ferreira, F.H.G. & Gignoux, J. (2011). The Measurement of Inequality of Opportunity: Theory and an Application to Latin America. *Review of Income and Wealth*, 57(4), 622-657.
- Fleurbaey, M. (2008). *Fairness, Responsibility and Welfare*. Oxford: Oxford University Press.
- Handa, S., & Davis, B. (2006). The experience of conditional cash transfers in Latin America and the Caribbean. *Development Policy Review*, 24(5), 513-536
- Heim, D., Hunter, S.C., & Jones, R. (2011). Perceived Discrimination, Identification, Social Capital, and Well-Being: Relationships With Physical Health and Psychological Distress in a U.K. Minority Ethnic Community Sample. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 42(7), 1145-1164.
- Jaime, P.C., Amaral, M.A., & Magalhães Jr., H.M. (2014). *Ações de saúde no Plano Brasil sem Miséria: O acesso à saúde orientado pela superação de iniquidades*. In T. Campello, T. Falcão, & P.V. Costa. *O Brasil sem Miséria*. (pp. 603-634). Brasília: MDS.
- La Taille, Y. (2002). *Vergonha: a ferida moral*. Petrópolis: Vozes
- Martín-Baró, I. (1986). Hacia una Psicología de la Liberación. In Martín-Baró, I. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Trotta.
- Moane, B. (2003). Bridging the Personal and the Political: Practices for a Liberation Psychology. *American Journal of Community Psychology*, 31(1/2), 91-101.
- Moura Jr, J.F., Cardoso, A.A.V., Rodrigues, D.C., Vasconcelos, R.S., & Ximenes, V.M. (2013). Práxis em Psicologia Comunitária: Festa de São João como atividade comunitária. *Revista Ciência em Extensão*, 9(1), 105-123.
- Moura Jr., J.F., Ximenes, V.M., & Sarriera, J.C. (2014). A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Quaderns de Psicologia*, 16(2), 85-93.
- Narayan, D., & Petesch, P. (2002). *Voices of the Poor: From many lands*. Oxford: Oxford University Press.
- Osório, R., Soares, S., & Souza, P. (2011). *Erradicar a pobreza extrema: Um objetivo ao alcance do Brasil*. Texto para Discussão 1619. Brasília: IPEA.
- Pastore, J., Zylberstajn, H., & Pagotto, C. (1983). *Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980*. São Paulo: Editora FIPE e Livraria Pioneira Editora.
- Peliano, A.M. (2010). Lições da História – Avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In A. Aranha. (Org). *Fome Zero: uma história brasileira*. Brasília: MDS.
- Prilleltensky, I. (2008). The role of power in wellness, oppression and liberation the promise of psychopolitical validity. *Journal of Community Psychology*, 36(2), 116-126.
- Raditloaneng, W.N. (2009). Socialization as a factor in poverty identity formation: A pilot case study of the poor in selected areas of Botswana. (s/l.) *Convergence*, 42(1), 77-93.

- Ramos, X., & Van der Gaer, D. (2012). *Empirical Approaches to Inequality of Opportunity: Principles, Measures and Evidence*. IZA DP, 6672, (pp. 1-41).
- Rego, W., & Pinzani, A. (2013). *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: UNESP.
- Roemer, J.E. (2012). On Several Approaches to equality of opportunity. *Economics and Philosophy*, 28(02),165200.
- Roemer, J.E. (1998). *Equality of Opportunity*. Cambridge: Harvard University Press, M.A.
- Roemer, J. (1993). A pragmatic theory of responsibility for egalitarian planner. *Philosophy and Public Affairs*, 22(2).
- Roso, A., & Guareschi, P. (2007). Megagrupos midiáticos e poder: Construção de subjetividades narcisistas. *Revista de Ciências Sociais*, 26, 37-54.
- Santos, C.T. (2012). Ações afirmativas no ensino superior: Análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 93(235), 770-790.
- Sen, A. (1981). *Poverty and Famines*. Oxford: Oxford University Press.
- Sen, A. (2009). *The Idea of Justice*. London: Penguin Books.
- Silva, J.G., Del Grossi, M., & França, C. (2011). *The Fome Zero (Zero Hunger) Program: The Brazilian experience*. Brasília: FAO.
- Vazquez, J.J., & Panadero, S. (2009). Atribuciones causales de la pobreza en los países menos desarrollados. *Perfiles Latinoamericanos*, 34(1), 125-140
- Zappe, J.G., Moura Jr., J.F., Dell'aglio, D.D., & Sarriera, J.C. (2013). Expectativa quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos. *Acta Colombiana de Psicología*, 16(1), 91-100.
- Zavaleta, D.R. (2007). *The Ability to go About Without Shame: A Proposal for Internationally Comparable Indicators*. Working Paper 3 OPHI. Oxford Poverty & Human Development Initiative – OPHI. Recuperado de <http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-03/>.